

## **Análise das Interações da Audiência Pública da CCJ sobre o PL 2329/2021 (Fundo de Amparo para Crianças e Adolescentes Órfãos) – 07/10/2025 – Gerado por IA**

Este relatório apresenta uma análise das **110 participações dos cidadãos** na audiência pública promovida pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) em 07/10/2025, sobre o Projeto de Lei 2329/2021, que cria um fundo de amparo para crianças e adolescentes órfãos. O objetivo é fornecer uma visão geral das principais preocupações, opiniões e sugestões expressas pelo público, visando auxiliar os Senadores na avaliação da proposta.

O conteúdo foi gerado por inteligência artificial com base nas interações dos cidadãos neste evento. Ele apresenta uma análise automatizada das principais opiniões, preocupações e temas debatidos, buscando oferecer um panorama geral das discussões.

Ressaltamos que, embora tenha passado por revisão humana, este relatório pode conter imprecisões ou interpretações que não reflitam integralmente o contexto das interações. Caso identifique informações que necessitem de correção ou ajuste, pedimos que entre em contato pelo [Fale Conosco](#).

Este documento não representa posicionamento oficial e não substitui análises detalhadas realizadas por especialistas.

**Total de participações: 110**

**Temas principais:**

**1. Critérios de Elegibilidade, Distribuição e Alcance Real (32%):** A maior preocupação dos participantes refere-se à definição clara de quem terá direito ao benefício e como garantir que os recursos cheguem efetivamente aos mais vulneráveis. Cidadãos questionam os critérios para definir "órfão" (se inclui aqueles sob cuidados de parentes ou apenas em instituições), como será feita a seleção das instituições ou famílias beneficiadas e quais mecanismos evitarão a

distribuição desigual dos recursos. Há forte demanda para que o auxílio alcance crianças fora de cadastros formais ou em regiões remotas.

*Exemplo: “Quais serão os critérios que caracterizam uma criança órfã? Seria pela falta dos pais ou de qualquer responsável pelo menor?” (CELSO B., BA)*

**2. Transparência, Fiscalização e Gestão do Fundo (30%):** Este tema reflete o receio quanto a desvios de verba, corrupção e má gestão. Os cidadãos cobram mecanismos rígidos de controle, transparência no uso dos recursos arrecadados pelas loterias e definição clara de quem será o responsável pela administração do Fundo (evitando que fique a cargo de órgãos considerados "ineptos" por alguns participantes). Questiona-se sobre a existência de relatórios periódicos e penalidades para o mau uso do dinheiro.

*Exemplo: “Que mecanismos de controle evitarão desvios dos recursos oriundos das loterias?” (FREDERICO B., SP)*

**3. Apoio ao PL e Sugestões de Aprimoramento (29%):** Muitos participantes manifestam apoio explícito à iniciativa, citando a urgência e o dever constitucional de amparo. Neste grupo, concentram-se diversas sugestões para melhorar o projeto, sendo a mais frequente a inclusão da arrecadação de apostas eletrônicas ("bets") na receita do fundo. Outras propostas incluem: garantir acompanhamento psicológico e educacional (além do financeiro), estender o apoio após os 18 anos, facilitar processos de adoção e aumentar o percentual destinado (considerando 1% insuficiente).

*Exemplo: “Sugestão de emenda para que seja incluída parte da arrecadação das bets nesse fundo. Apoio totalmente o PL.” (GUSTAVO T., RS)*

**4. Integração com Políticas Públicas Existentes e Impactos (9%):** Participantes questionam como o novo Fundo se articulará com programas já

existentes, como o SUAS (Sistema Único de Assistência Social), o Bolsa Família e fundos municipais que já destinam recursos para fins semelhantes. O objetivo é entender se haverá sobreposição, complemento ou se o PL afetará a distribuição de recursos atuais. Também há questionamentos sobre o impacto econômico para os cofres estaduais e municipais na operacionalização das medidas.

***Exemplo:*** “De que forma este fundo vai se articular com a rede de proteção já existente, como o SUAS?” (JANE A., MT)

Em conclusão, a audiência pública revelou um forte apoio popular à criação do Fundo de Amparo, mas condicionou esse apoio a garantias de boa governança. O debate centralizou-se não na validade da proposta, mas na sua execução, com preocupações recorrentes sobre a fiscalização, a transparência na gestão dos recursos e a definição de critérios justos de distribuição. Sugestões para o aprimoramento do projeto, como a inclusão de receitas de apostas online e a oferta de suporte psicossocial, foram frequentemente apresentadas para assegurar a efetividade do amparo.

Todas as perguntas e comentários do público no evento estão disponíveis na página: <https://www12.senado.leg.br/ecidadania/visualizacaoaudiencia?id=35953>